



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

DECISÃO nº 215/2025/SEAD - SELIC- DIPREG

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO
PREGAO ELETRÔNICO SRP N.º 457/2025
PROCESSO SEI: 0609.018638.00011/2025-31

O Pregoeiro indicado por intermédio do Decreto nº 262/2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre nº 13.980 no dia 12/03/2025, passa à análise e julgamento da manifestação de recursos apresentados contra decisão proferida na sessão do pregão eletrônico supra.

1. HISTÓRICO

O Governo do Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Licitações SELIC, autorizou a realização de abertura de processo licitatório, “**Constitui objeto da presente licitação a Registro de preços para aquisição de veículo tipo Auto Busca e Salvamento com Cães - ABRESC, caracterizados e adaptados para as ações do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre - CBMAC, com recursos oriundos do PLANO DE APLICAÇÃO: REDUÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS - RMVI - 2024. META 1. AÇÃO 05: VEÍCULO ESPECIAL TIPO: SALVAMENTO E RESGATE.**”

2. RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso Administrativo oferecido pela Empresa **MANUPA COMERCIO EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS, CNPJ nº 03.093.776/0007-87** em face da decisão do pregoeiro que declarou habilitada a empresa **CONCEITO ESCRITORIO, COMERCIO E SERVICO, CNPJ nº 20.250.792/0001-60** para o item único deste certame.

3. DO EFEITO SUSPENSIVO

Da leitura do inciso XXI do art. 4º da Lei 10.520/02, observa-se que, “decididos os recursos, a autoridade competente fará adjudicação do objeto da licitação ao vencedor”. Veja-se que, antes de decidir o recurso, a autoridade competente não pode dar continuidade à licitação, ou seja, não pode proceder à adjudicação do objeto. Neste sentido, em “O Julgamento das Propostas no Pregão Eletrônico e os Recursos Cabíveis”, Jair Eduardo Santana aduz que:

Obviamente que há vitando equívoco no decreto que cuida do pregão presencial. (...) É evidente que tanto o efeito suspensivo quanto o efeito devolutivo se encontram presentes nos pregões eletrônicos e presenciais. (Grifei)

Não destoam em nada do entendimento supracitado as lições de Joel de Menezes Niebuhr, que assevera:

Por isso conclui-se que os recursos administrativos interpostos nas licitações regidas pela modalidade pregão têm efeito suspensivo, isto é, impedem que se dê continuidade ao processo de licitação enquanto não se decidir sobre eles.

Diante do exposto, atribuo efeito suspensivo ao presente recurso.

4. DAS INTENÇÃO DO RECURSO

A) Os representantes da Empresa **MANUPA COMERCIO EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS, CNPJ nº 03.093.776/0007-87**, manifestaram sua intenção de recorrer para o item único deste certame.

5. DAS RAZÕES RECURSAIS

A) Os representantes da Empresa **MANUPA COMERCIO EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS, CNPJ nº 03.093.776/0007-87**, manifestaram recurso para o item único deste certame de maneira tempestiva.

6. DAS CONTRARRAZÕES RECURSAIS

A) A Empresa **CONCEITO ESCRITORIO, COMERCIO E SERVICO, CNPJ nº 20.250.792/0001-60**, apresentou as contrarrazões de maneira tempestiva.

7. DA APRECIAÇÃO E JULGAMENTO

Preliminarmente, saliento que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar proposta mais vantajosa para a administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da imparcialidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos. A Administração Pública, em sua atuação, deve pautar-se balizada pelos ditames da legalidade e da boa-fé.

Vale destacar que a Administração Pública, ao elaborar o edital, estabelece todas as regras a serem seguidas, estando, a partir deste momento, vinculada ao ali estabelecido, pois elas são vinculantes e irreversíveis, não podendo mais se guiar por outro caminho, a não ser o que já foi previamente definido; é um dever indeclinável da Administração Pública seguir os ditames do edital. Conforme entendimento do TCU, o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, nada mais é que obrigar a Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no ato convocatório. No tocante ao princípio da vinculação ao edital, pertinente a lição de HELY LOPES MEIRELLES:

"Vinculação ao edital: a vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e proposta em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto o licitante como a Administração que o expediu (art. 41)."

Art. 41 da Lei 14.133/2021,

"A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

7.1 DA CONCLUSÃO

A) Ante o exposto e, primando pelos Princípios Gerais que regem o Direito Administrativo, em consonância com os ditados da Lei nº. 14.133/2021, Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e todos os atos até então praticados, concreço o recurso apresentado pela Empresa **MANUPA COMERCIO EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS, CNPJ nº 03.093.776/0007-87**, para no mérito, julgá-lo PROCEDENTE, sendo REVOGADA a decisão que julgou vencedora a empresa **CONCEITO ESCRITORIO, COMERCIO E SERVICO, CNPJ nº 20.250.792/0001-60**, classificada para o item único desse certame.

O recurso apresentado pela empresa **MANUPA COMERCIO EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS, CNPJ nº 03.093.776/0007-87** versa sobre a habilitação da empresa tida como vencedora do certame no que se refere à qualificação do tamanho da empresa. A recorrente em seu recurso menciona que a vencedora usufruiu de benefício de desempate de maneira ilegal, tendo em vista que este benefício somente é atribuído no sistema ComprasNet para empresas que se enquadram no tamanho ME/EPP. Com essa alegação a Empresa **MANUPA COMERCIO EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS, CNPJ nº 03.093.776/0007-87** pondera com citações a valores vencidos pela Empresa ora vencedora do certame **CONCEITO ESCRITORIO, COMERCIO E SERVICO, CNPJ nº 20.250.792/0001-60** já no ano calendário de 2025. Assim, sendo temos que tomar como ponto de partida a lei de licitações nº 14.133/2021 em seu artigo 4º e parágrafo segundo que versa da seguinte forma:

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolarem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

Dessa forma, a lei versa apenas em ter **celebrado contratos**, não mais ter realizados os serviços contidos neles.

Assim, resta comprovado através do sistema do portal nacional de compras (PNCP) que a empresa ora vencedora já celebrou contratos em 2025 que ultrapassam o limite legal que a manteria disputando certames com a qualificação de micro ou pequena empresa.

Teremos, portanto, que marcar nova data de reabertura do certame para reclassificação de nova empresa como vencedora.

Rio Branco, 10 de outubro de 2025.

Gardenio Relxson Martins Claudio

Pregoeiro – DIPREG - SELIC



Documento assinado eletronicamente por **GARDENIO RELXSON MARTINS CLAUDIO, Pregoeiro(a)**, em 17/10/2025, às 13:02, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0017839367** e o código CRC **324D74D0**.

Referência: nº 0609.018638.00011/2025-31

SEI nº 0017839367